

## PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

## PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 14 DE JULHO DE 2014

Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 18 de outubro de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao IRPJ e à CSLL, decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, na forma do art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL SUBSTITUTO E O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, resolvem:

Art. 1º Os arts. 1º, 3º, 6º, 6º-A, 7º e 8º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 18 de outubro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os débitos para com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativos ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.458-35, de 24 de agosto de 2001, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2013, poderão ser pagos ou parcelados nos termos e condições disciplinados nesta Portaria.

§ 2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irrevogável e ir-  
retratável, até o último dia útil de julho de 2014, por meio da entrega da Declaração de Débitos e  
Créditos Tributários Federais (DCTF), original ou retificadora.

....." (NR)

"Art. 3º .....

§ 2º Para fazer jus ao benefício de que trata o inciso I do art. 2º, o pagamento deverá ser  
efetuado até o último dia útil de julho de 2014, no código de arrecadação:

§ 4º .....

I - até o último dia útil de julho de 2014, o valor correspondente a 20% (vinte por cento) da  
dívida, no código de arrecadação:

§ 6º As prestações vencerão no último dia útil de cada mês, devendo a 1ª (primeira) prestação,  
no valor de 20% (vinte por cento) da dívida consolidada, calculada pelo contribuinte, ser paga até o  
último dia útil de julho de 2014." (NR)

"Art. 6º A pessoa jurídica que optar pelo parcelamento ou pelo pagamento à vista nos termos  
desta Portaria poderá liquidar valores correspondentes a multas de mora ou de ofício, a juros moratórios  
e a até 30% (trinta por cento) do valor principal do tributo, inclusive inscrito em DAU, com utilização  
de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios, de sociedades  
controladoras, controladas ou coligadas e das sociedades que estejam sob controle comum, direto e  
indireto, em 31 de dezembro de 2011, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nesta condição  
até a data da opção pelo parcelamento.

§ 3º Somente poderão ser utilizados montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa  
da CSLL próprios ou incorridos pelas sociedades controladoras, controladas ou coligadas e pelas  
sociedades que estejam sob controle comum, direto e indireto passíveis de compensação, na forma da  
legislação vigente, incorridos até 31 de dezembro de 2012.

§ 10. Na hipótese de indicação de créditos próprios e de sociedades controladoras, controladas  
ou coligadas e das sociedades que estejam sob controle comum, direto e indireto, os créditos serão  
utilizados obedecendo à seguinte ordem:

I - créditos próprios; e

II - créditos de sociedades controladoras, controladas ou coligadas e das sociedades que estejam  
sob controle comum, direto e indireto, na sequência indicada pelo sujeito passivo nos anexos V a  
VIII.

§ 11. A utilização dos créditos de que trata o caput incorridos pelas sociedades controladoras,  
controladas ou coligadas e das sociedades que estejam sob controle comum, direto e indireto, nos termos  
do § 3º do art. 6º, dependerá de assinatura do responsável legal da pessoa jurídica cedente nos anexos  
V a VIII.

§ 12. Na hipótese de indicação concomitante, pelo sujeito passivo, de utilização dos créditos a  
que se refere o caput para o parcelamento ou pagamento de que trata a Lei nº 11.941, de 27 de maio de  
2009, e o parcelamento ou pagamento de que trata esta Portaria Conjunta, os créditos serão utilizados na  
seguinte ordem:

I - para o parcelamento ou pagamento de que trata a Lei nº 11.941, de 2009;

II - para o parcelamento ou pagamento de que trata esta Portaria Conjunta." (NR)

"Art. 6º-A Para os fins do disposto no art. 6º, a liquidação dos valores correspondentes a multas  
de mora ou de ofício, a juros moratórios e a até 30% (trinta por cento) do valor principal do tributo,  
inclusive inscrito em DAU, com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo  
negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras, controladas ou coligadas e das sociedades que  
estejam sob controle comum, direto e indireto em 31 de dezembro de 2011, domiciliadas no Brasil,  
desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pelo parcelamento, será efetuada na forma  
prevista neste artigo.

....." (NR)

"Art. 7º Para fazer jus aos benefícios de que trata esta Portaria, o sujeito passivo deverá  
protocolizar, até o último dia útil de julho de 2014, pedido de parcelamento ou comprovação de  
pagamento à vista na unidade de atendimento da RFB de seu domicílio tributário.

§ 4º Os anexos de que tratam os §§ 2º e 3º deverão ser apresentados à unidade de atendimento  
integrado da RFB e da PGFN em formato digital, assinados eletronicamente e autenticados com o  
emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-  
Brasil), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, até o último dia útil de  
julho de 2014.

§ 6º Até às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove  
segundos), horário de Brasília, do dia 31 de agosto de 2014, o sujeito passivo deverá realizar solicitação  
de juntada ao processo de que trata o § 5º, por meio do e-CAC da RFB, dos seguintes documentos,  
conforme o caso:

....." (NR)

"Art. 8º .....

I - .....

b) sem comprovação do pagamento da 1ª (primeira) prestação em valor não inferior ao es-  
tipulado no inciso I do § 4º do art. 3º, efetuado até o último dia útil de julho de 2014;

....." (NR)

Art. 2º A Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 2013, passa a vigorar acrescida do art. 7º-  
A:

"Art. 7º-A Os sujeitos passivos que efetuaram a adesão ao parcelamento previsto nesta Portaria  
Conjunta até o último dia útil de novembro de 2013 e que queiram incluir novos débitos deverão:

I - efetuar o recolhimento das prestações originárias até o mês de julho de 2014, observadas as  
regras dos §§ 5º e 6º do art. 3º;

II - recalcular os valores das prestações de acordo com o § 4º do art. 3º;

III - recolher, no prazo previsto no inciso I do § 4º do art. 3º, a diferença entre o valor da 1ª  
(primeira) prestação recalculada na forma do inciso I deste artigo e o valor da 1ª (primeira) prestação já  
recolhida;

IV - recolher as prestações com os valores recalculados a partir do mês de agosto de 2014,  
observadas as regras dos §§ 5º e 6º do art. 3º; e

V - realizar juntada de novos documentos nos termos do § 6º do art. 7º.

Parágrafo único. Os sujeitos passivos poderão alterar o número de prestações com observância  
ao limite máximo previsto no inciso II do art. 2º, considerando as prestações já recolhidas."

Art. 3º Os Anexos V a VIII da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 2013, ficam substituídos  
pelos Anexos I a IV desta Portaria Conjunta.

Art. 4º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da  
União.

FABRÍCIO DA SOLLER

Procurador-Geral da Fazenda Nacional  
Substituto

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO  
Secretário da Receita Federal do Brasil

## ANEXO I

(Redação dada pela Portaria PGFN/RFB nº 11, de 14 de julho de 2014)

Discriminação do(s) Débito(s) a Parcelar - DIPAR

Art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013

Contribuinte:

Nº de inscrição (CNPJ): .....

Código do Tributo	Período de Apura- ção	Vencimento	Valor Originário	Nº do Processo Administrativo (se houver)

Montantes de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL a serem utilizados no par-  
celamento

1º) Do contribuinte

Origem	Montante so- licitado	Percentual	Crédito	Crédito a ser utilizado na PGFN	Crédito a ser utilizado na RFB	Data de baixa na escritura- ção fiscal
Prejuízo Fis- cal		25%				
Base de Cál- culo Negati- va da CSLL		9%				

2º) Da empresa controladora, controlada ou que esteja sob controle comum, direto e indireto do-  
miciliada no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº

Origem	Montante so- licitado	Percentual	Crédito	Crédito a ser utilizado na PGFN	Crédito a ser utilizado na RFB	Data de baixa na escritura- ção fiscal
Prejuízo Fis- cal		25%				
Base de Cál- culo Negati- va da CSLL		9%				

3º) Da empresa controladora, controlada ou que esteja sob controle comum, direto e indireto do-  
miciliada no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº

Origem	Montante so- licitado	Percentual	Crédito	Crédito a ser utilizado na PGFN	Crédito a ser utilizado na RFB	Data de baixa na escritura- ção fiscal
Prejuízo Fis- cal		25%				
Base de Cál- culo Negati- va da CSLL		9%				

4º) Da empresa controladora, controlada ou que esteja sob controle comum, direto e indireto do-  
miciliada no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº

Origem	Montante so- licitado	Percentual	Crédito	Crédito a ser utilizado na PGFN	Crédito a ser utilizado na RFB	Data de baixa na escritura- ção fiscal
Prejuízo Fis- cal		25%				
Base de Cál- culo Negati- va da CSLL		9%				

No caso de utilização de montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL,  
declaro que os montantes solicitados não foram utilizados na compensação com a base de cálculo do  
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da CSLL, nem com outras modalidades de parcelamento  
ou pagamento à vista, bem como foi providenciada a respectiva baixa dos montantes solicitados na  
escrituração fiscal.

Declaro, outrossim, que os montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL  
serão utilizados para quitação dos valores do parcelamento na ordem acima indicada.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

1º) Contribuinte:

Nome de quem assina: .....

Telefone: (\_\_\_\_) .....